

Entre a SUDENE e o CEBRAP: rupturas e continuidades nos primeiros textos do sociólogo Francisco de Oliveira¹

Avance de investigación en curso

Expositor: Flávio da Silva Mendes (UNICAMP/Brasil)
Grupo de Trabalho 17 – Pensamento latino-americano e teoria social

Resumo

Este trabalho destaca um momento específico da trajetória do sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira. A partir de dois artigos seus, publicados em 1965 e 1966, analiso uma rápida e importante mudança em seu pensamento. Obrigado a abandonar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), onde trabalhava ao lado do economista Celso Furtado, após o golpe militar de 1964, o então jovem intelectual transitou das ideias nacional-desenvolvimentistas para o marxismo. O contexto dessa mudança, nítida nos dois artigos, será debatido ao longo deste texto. Acredito que a análise dessa transformação, que ocorreu nos anos posteriores ao golpe, pode contribuir para a compreensão das mudanças e limites impostos pelo regime autoritário às atividades de toda uma geração de intelectuais brasileiros.

Palavras-chave: Francisco de Oliveira; pensamento social brasileiro; intelectuais.

1. Introdução

No final dos anos 1950, a sociedade brasileira vivenciava um período de grande agitação política. As transformações causadas pelo sopro modernizador promovido por um Estado forte e centralizador – sobretudo a partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas à presidência – alimentavam conflitos e contradições que já eram, àquela altura, incontornáveis. O nacional-desenvolvimentismo alcançara o estatuto de linguagem comum que unia boa parte dos intelectuais do país à política do Estado. O crescimento econômico promovido pela industrialização era compreendido como a chave para a superação do subdesenvolvimento, que deveria resultar não apenas na eliminação de bolsões de atraso na estrutura econômica da sociedade, mas também na modernização das instituições e relações sociais. Havia, enfim, uma ampla expectativa de mudança da sociedade brasileira que se apoiava, em grande medida, na crença no sucesso do planejamento econômico. Muitas instituições davam suporte intelectual e técnico a esse projeto. Destacavam-se o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), surgido no Rio de Janeiro, em 1955, além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado pelo governo federal em 1952, que mantinha uma estreita relação com o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

No nordeste brasileiro – considerado por muitos dos intelectuais e políticos do período como a região-símbolo do atraso – foi criada, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), concebida por Celso Furtado e patrocinada pelo governo de Juscelino Kubitschek. Para o economista, já prestigiado por sua atuação junto à CEPAL, a nova instituição abria a possibilidade de colocar à prova algumas das categorias que sustentavam sua teoria do subdesenvolvimento. Tratava-se de transferir para o âmbito nacional parte da discussão que fizera ao lado de Raúl Prebisch sobre as consequências das disparidades econômicas internacionais, que colocavam países de industrialização tardia, como o Brasil, atrás das nações consideradas desenvolvidas. Nos anos 1950, a região nordeste reproduzia uma relação semelhante com o centro-sul do país: enquanto este atravessava um processo de

industrialização mais acelerado, aquela ainda era marcada pela forte presença das oligarquias e do latifúndio. Este cenário contribuía para a reprodução em escala nacional da “deterioração dos termos de trocas” que os autores cepalinos identificaram nas interações entre as nações capitalistas². Cabia à SUDENE, portanto, executar planos de industrialização e modernização da estrutura econômica da região baseados num maior conhecimento técnico dos seus problemas.

Entre os recrutados por Furtado para preencherem o quadro de funcionários do órgão estava o jovem Francisco de Oliveira, então com vinte e seis anos. Nascido em Recife, em 1933, Oliveira retornou à sua cidade natal para trabalhar na nova instituição após uma breve conversa com Furtado, realizada na sede do BNDE, no Rio de Janeiro:

Eu pedi uma entrevista com ele, que me recebeu. “O que queria?”. Eu disse que tinha sabido disso [da criação da SUDENE] e que estava disposto a trabalhar. “O que você faz?”. “Eu faço isso e tal, fiz o curso da CEPAL, fui bem sucedido, tive notas tais e tais”. Não se comoveu, estava impassível. [...] Disse ele então: “está bem, vai falar com José Medeiros”. Era o futuro chefe de pessoal, eu estava contratado! [...] Eu, besta, assim, nunca consegui emprego tão fácil. (citado em PERRUSO, 2013, p. 182).

O curso da CEPAL ocorreu um ano antes, em 1958, também na sede do BNDE. Na ocasião, além de assistir a palestras ministradas por Furtado, Oliveira frequentou aulas de economistas consagrados, como o chileno Jorge Almada. Também contribuíram para o curso a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o ISEB, o que reforçava o contato dos alunos com o nacional-desenvolvimentismo. A participação neste curso de especialização econômica era mais um sinal de que Oliveira, cientista social por formação, encontrava-se mais próximo das ciências econômicas. Desde o fim de sua graduação na Universidade do Recife, atual Federal de Pernambuco, em 1956, já ciente do pequeno mercado disponível para as ciências sociais naquele momento, Oliveira buscou espaço em órgãos públicos como o Banco do Nordeste. Ali realizou um primeiro curso de especialização, de caráter mais técnico, mas que, segundo ele, já superava em muito a formação que tivera na universidade. Trabalhou no mesmo banco por dois anos, de onde saiu para a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, órgão que lhe abriu as portas para o curso da CEPAL no Rio de Janeiro.³

Em 1959, quando Francisco de Oliveira entrou para a SUDENE, era mais economista do que sociólogo. Na Superintendência logo se tornaria o braço direito de Celso Furtado e seu substituto direto, sobretudo a partir de 1962, quando este foi nomeado ministro do planejamento do governo de João Goulart. A tarefa não era fácil, afinal a entidade tinha que lidar com pressões de diversos lados.

A gente estava no meio de quatro ou cinco fogos, não era apenas um lado. Tinha a Liga Camponesa de um lado e a Igreja Católica, que era muito ativa, do outro. E um movimento estudantil muito forte. A burguesia açucareira – que estava querendo retomar o tempo perdido – foi importante, os latifundiários. O Partido Comunista era forte, com um pé atrás: desconfiava do Celso [Furtado], mas apoiava. Então era um pau só (JINKINGS et al., 2007, pp. 18-19).

Essa polarização extrema durou pouco: em abril de 1964 os militares tomaram o poder com o apoio de setores civis. Celso Furtado saiu da SUDENE logo em seguida. Oliveira foi preso poucos dias após o golpe e permaneceu na prisão por dois meses. O cenário posterior era outro. Muitas das mudanças só seriam percebidas bem depois, ao longo das duas décadas do regime autoritário, mas uma delas já estava bem clara: o Estado brasileiro fechava as portas para aqueles intelectuais engajados, até então empenhados na transformação do país. Espaços como o ISEB desapareceram, enquanto os que permaneceram, como a SUDENE, foram reestruturados e postos sob vigilância. Assim, quando saiu da prisão e tentou reassumir seu cargo na Superintendência, Oliveira logo percebeu que as coisas tinham mudado. Ele não tinha mais acesso a documentos ou qualquer poder de decisão. Passava os dias sentado em frente a uma mesa, sem ter o que fazer. Lia para passar o tempo:

Li então com muito gosto dois livros interessantes: o primeiro, o famoso artigo de Fernando Henrique Cardoso que é a introdução à tese dele sobre o *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Tinha uma “Introdução Metodológica sobre a dialética nas Ciências Sociais”, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* editada por Júlio de Oliveira [Júlio Barbosa], da Universidade Federal de Minas Gerais. Tomei contato com esse artigo e o livro de um polonês, que era Estanislau Soviski [Stanislaw Ossowski], *Estrutura de Classe na Consciência Social*.⁴ Eu passei lendo... Passei quarenta dias aí nesse limbo, onde você nem via Deus nem o diabo (risos) (MANTEGA e REGO, 1999, p. 101).

Ao tomar consciência de que as coisas não melhorariam tão cedo – ao contrário, tendiam a piorar – Oliveira mudou-se para o Rio de Janeiro. Pouco depois passou pelo Chile, onde já se encontravam Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado, antes de ser convidado para uma missão das Nações Unidas na Guatemala. De lá seguiu para o México antes de voltar ao Brasil, em 1968. Foi nesse período conturbado, cheio de incertezas, que o sociólogo/economista escreveu os dois artigos que analisarei neste trabalho. No primeiro, de 1965, intitulado “O Plano de Ação Econômica do Governo Castello Branco: por que não terá êxito”, a filiação do autor às categorias desenvolvimentistas é ainda evidente. No segundo, publicado um ano depois, já é possível notar uma mudança de perspectiva que resulta em críticas contundentes, mas ainda imprecisas, à experiência da SUDENE. A seguir dedico-me à análise dos dois artigos e esboço hipóteses sobre as razões de uma mudança tão rápida quanto radical no pensamento do autor.

2. A ruptura nos dois artigos

Nos primeiros anos após o golpe de 1964, uma boa parte da esquerda nacionalista brasileira apostava que o regime autoritário teria vida curta. Acreditava-se que os militares seriam incapazes de dar resposta às contradições ou abafar os conflitos que dominavam o cotidiano do país desde o final da década anterior. O autoritarismo parecia incompatível com o crescimento econômico tal qual o concebiam os adeptos do nacional-desenvolvimentismo, o que conduziria o país a uma inevitável recessão e, assim, a um irresistível acirramento da luta política. Esse diagnóstico era recorrente nas intervenções dos intelectuais contrários ao regime, entre as quais se destacam muitos dos artigos publicados na *Revista Civilização Brasileira*, um dos mais importantes meios de divulgação de textos de opositores à ditadura entre 1965 e 1968, ano em que sucumbiu à censura.

No primeiro volume dessa *Revista* aparece o artigo “O Plano de Ação Econômica do Governo Castello Branco: por que não terá êxito”, de Francisco de Oliveira. O título é quase auto-explicativo: o autor pretendia apontar os motivos do provável fracasso da agenda econômica anunciada pelos militares. O mesmo objetivo era compartilhado por Celso Furtado, que assina o artigo seguinte do mesmo volume da *Revista*, intitulado “Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil”. As ressalvas quanto à agenda econômica do novo governo militar apresentadas por Francisco de Oliveira se apoiavam na convicção de que o desenvolvimento logrado nas décadas anteriores ao golpe, “apesar de suas imperfeições, [...] foi altamente positivo” (1965, p.115). O plano proposto pelo regime autoritário, de caráter liberal e aberto ao capital internacional, significaria uma regressão da economia brasileira a um cenário de balança comercial desfavorável que fora parcialmente superado, não sem dificuldades, com as substituições de importações. Oliveira conclui, então, que:

Denunciar o caráter aventureiro e antinacional desse Plano de Governo, que transfere as decisões sobre nossa vida para fora do território nacional, sob a égide de uma doutrina historicamente atrasada, é a mais importante tarefa do momento, e, para combatê-lo, devem unir-se todas as forças interessadas no desenvolvimento autônomo da Nação (OLIVEIRA, 1965, p. 128).

Nota-se ao longo do texto a ausência de uma análise das relações de classe para o período 1930-1964, substituída pela ideia de que o desenvolvimento econômico seria um objetivo a ser perseguido em nome do “interesse nacional”. Portanto, o artigo contrasta – e muito – com a leitura sobre o período que Oliveira elaboraria em seu clássico estudo publicado em 1972, “Crítica à razão dualista” (OLIVEIRA, 2003), mas se assemelha à análise que Celso Furtado realizou no artigo que publicou no mesmo número da Revista (FURTADO, 1965), onde apresentava opiniões que seriam retomadas depois no livro “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina” (1966). Décadas mais tarde, Oliveira afirmou sobre seu artigo: “Foi escrito como uma peça de oposição à ditadura. Ele tem um título farsesco, porque diz que [o plano econômico de Castello Branco] não vai dar certo e deu” (entrevista, em RIDENTI e MENDES, 2012: 601).

Em “Condições institucionais do planejamento” (1966), publicado apenas um ano mais tarde, já é possível notar a influência da literatura marxista sobre Francisco de Oliveira. No texto o autor analisou as controvérsias sobre a viabilidade e os efeitos do planejamento e distinguiu duas tendências marcantes neste debate: os “instrumentalistas” e os “institucionalistas”. Na primeira haveria dois subgrupos: de um lado, teóricos e políticos que enxergavam o planejamento econômico como uma ameaça à democracia, argumento liberal que, segundo Oliveira, serviu para barrar o avanço do modelo socialista durante o século XX. De outro lado, no segundo subgrupo, chamado de “instrumentalista-tecnicista”, estariam aqueles que acreditavam que o planejamento era aplicável em qualquer sociedade a partir do aperfeiçoamento da técnica, “dos métodos de análise, medição, avaliação e, num sentido normativo, os instrumentos de intervenção do Estado nas relações econômicas” (1966, p. 42). Oliveira colocava aí o pensamento da CEPAL e, diferente do texto anterior, apontava seus limites:

A esse subgrupo se devem notáveis contribuições ao aparelhamento formal do planejamento; sua visão do fenômeno é, entretanto, demasiado técnica. Por um lado, incide em erro fatal, ao propugnar as diversas formas de intervenção do Estado na vida econômica considerando-o como um ente acima das classes sociais; por outro lado, em suas versões mais sofisticadas, reduz o planejamento a um sistema mecânico, cuja resolução depende da existência de computadores. Quase como uma consequência necessária, tal tipo de postulação nos países subdesenvolvidos conduziu a uma mitização do planejamento econômico e a uma atitude política dos profissionais de planificação sumamente *ingênua* (1966, p. 42, grifo no original).

Mais adiante, ao falar explicitamente da parcela latino-americana desse subgrupo, ou seja, a produção da CEPAL, Oliveira torna explícito seu distanciamento: “O mito do planejamento econômico como um ser angelical, sem cor, sem cheiro, sem sabor, sem sexo, isto é, divorciado dos padrões de classe e de poder, está, para nossa felicidade, esboroando-se” (1966: 46). Por fim, a tendência “institucionalista”, com a qual Oliveira se identifica, é apresentada como oposta aos “instrumentalistas” de ambos os subgrupos. O fundamento dessa discordância estaria na percepção de que o desenvolvimento econômico – objetivo almejado pelo planejamento – implica, necessariamente, numa mudança na estrutura social e exige, portanto, um arranjo institucional que combata o *status quo*. A consequência seria a percepção, cada vez mais nítida a partir da experiência soviética, de que:

A inter-relação entre *estado socialista* – forma política – e o *planejamento econômico* – método – não era meramente formal; com o correr dos tempos ficaria clara a natureza causal da relação, que teve enorme importância algum tempo mais tarde, quando o planejamento veio ocupar o centro da atenção internacional (1966: 40, grifos no original).

A sensível e até surpreendente mudança de perspectiva encontrada entre os dois artigos não esconde algumas imprecisões da análise de Oliveira, que seriam corrigidas mais tarde, em “Crítica à razão dualista”⁵. Uma delas está na tipologia esboçada, que coloca o pensamento da CEPAL ao lado do liberalismo monetarista, linha teórica contra a qual Prebisch e Furtado direcionaram suas mais duras críticas. Preso a essa classificação, Oliveira não dá a devida importância ao fato dos autores vinculados

à CEPAL terem demonstrado a especificidade histórico-estrutural do subdesenvolvimento, característica que destacaria em análises posteriores. Mas o artigo tem sua importância por indicar uma mudança que se consolidaria depois, como indicou o autor em entrevista recente:

Já era um pé atrás com o furtadismo que fazia do planejamento uma espécie de panaceia, até porque fazia muito parte da conjuntura. O [Roberto] Campos insistia muito no planejamento como se a ditadura estivesse fazendo planejamento. [...] A ideia era muito associada ao socialismo e a dar um anteparo a essa visão. Mas não é um artigo que seja referência para nada (entrevista, em RIDENTI e MENDES, 2012, p.602).

O afastamento de Oliveira em relação a Furtado foi a expressão particular de um movimento ideológico que atingiu a maioria dos intelectuais brasileiros do período, sobretudo aqueles envolvidos na ruptura com o nacional-desenvolvimentismo. O fato de ter participado da SUDENE – o “olho do furacão” do período desenvolvimentista, como ele afirmara (JINKINGS et al, 2007) – fez com que sua crítica fosse ainda mais aguda, consequência quase inevitável da ruptura à qual o autor se propôs. Mas essa característica transformou sua produção do período, sintetizada no ensaio “Crítica à razão dualista” (OLIVEIRA, 2003), numa peça importante para compreendermos a rápida transformação ocorrida nas interpretações sobre o Brasil entre 1964 e 1969. Mas quais os motivos dessa mudança? Como o sociólogo passou, em poucos anos, do desenvolvimentismo ao marxismo?

No “limbo” em que se encontrava ao retornar à SUDENE após sua prisão, Francisco de Oliveira voltava à sociologia ao mesmo tempo em que repensava suas convicções políticas. Entre os textos que leu no período, destaca-se a introdução de Fernando Henrique Cardoso ao livro que resultou de sua pesquisa sobre a escravidão no sul do Brasil (CARDOSO, 1962). Cardoso era então o mais proeminente sociólogo da nova geração da Universidade de São Paulo (USP). Primeiramente ligado às pesquisas de Florestan Fernandes na Cátedra I de Sociologia, ele participou ativamente do famoso “Seminário de Marx”, criado em 1958, ao lado de outros jovens colegas da universidade, entre os quais estavam Octavio Ianni e José Arthur Giannotti. O grupo dedicava-se à rígida leitura da obra de Marx e pretendia se distinguir das interpretações consideradas vulgares da esquerda nacionalista brasileira.

Muitas das ideias surgidas deste grupo aparecem no texto introdutório de “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional”, lido por Francisco de Oliveira ainda em 1964. Embora ele já tivesse algum contato com a chamada “Escola Paulista de Sociologia” nos anos anteriores, quando Ianni era convidado para realizar seminários na SUDENE, a leitura do texto de Cardoso representava um contato mais sistemático com o que os marxistas do centro-sul do país produziam. Essa “Introdução” seria lembrada por muitos intelectuais desde então por sua defesa da dialética aplicada às ciências sociais. Para Cardoso, esse método teria a capacidade de apreender as mudanças estruturais e conflitos que permeiam a história da formação da sociedade brasileira de modo mais adequado do que o estruturalismo ou o funcionalismo. Se ele não defende a dialética como a única ou melhor escolha diante de qualquer objeto de pesquisa, sem dúvida a apresenta como a mais adequada para a compreensão do desenvolvimento capitalista no Brasil, tema de grande interesse para Francisco de Oliveira. A leitura do texto parecia fornecer novas ferramentas para a compreensão da realidade pós-1964.

Após ter sua carreira universitária interrompida pelo regime autoritário, no final de 1968, Cardoso liderou a criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), centro de estudos sediado em São Paulo que pretendia reunir os intelectuais brasileiros perseguidos pela ditadura. Oliveira foi convidado por Octavio Ianni para participar de uma pesquisa sobre a economia nacional, à qual somaria seu olhar privilegiado sobre a questão regional. Embora este projeto não tenha caminhado, ele permaneceu no CEBRAP até o início dos anos 1990, onde se consagrou justamente por seus trabalhos sobre a economia brasileira lida a partir do viés regional.

Mas em 1964, ao ler aquela introdução, Oliveira apenas iniciava o seu movimento de ruptura com o estruturalismo da CEPAL. A leitura de outras obras, como o livro citado de Ossowski, somava-se aos textos de Cardoso no esforço do sociólogo para se aproximar de um marxismo mais acadêmico, com o qual não tivera contato nem durante sua graduação, em Recife (cf. entrevista em JINKINGS et al., 2007). Ao publicar seu segundo artigo na Revista Civilização Brasileira, em 1965, Oliveira ainda percorria esse caminho por novas bibliografias, o que talvez justifique a fragilidade ou a insegurança às vezes sensível ao longo de sua crítica às ideias da CEPAL. Não obstante, essa revisão ainda inicial lhe inspirou a realizar um projeto de pesquisa de mestrado que seria dedicado justamente à experiência da SUDENE, sob a direção de Florestan Fernandes. Mas o projeto se perdeu e o trabalho foi cancelado:

Eu lembro que tive uma conversa muito breve com Florestan e foi a partir dela que o projeto surgiu. Na verdade, eu queria pensar e experiência da SUDENE. Eu só fui fazer isso muito tempo depois. Mas foi melhor, vendo em retrospectiva. Eu ia fazer uma coisa muito furtadiana. Eu não tinha ainda o afastamento suficiente. Era uma tentativa. Eu não tinha muito contato com o Florestan (entrevista, em RIDENTI e MENDES, 2012, p.602).

Quando entrou para o CEBRAP, em 1970, Oliveira ainda era visto por seus companheiros como um dos economistas da turma, ao lado de Paul Singer.⁶ Nessa divisão informal de tarefas entre os membros da equipe do Centro havia certo grau de hierarquização, afinal seus mais destacados intelectuais – que se ocupavam, também, de sua direção – eram aqueles que saíram da Universidade de São Paulo e, entre eles, sobressaíam os sociólogos (SORJ, 2001, pp. 34-25). A presença de Francisco de Oliveira somava ao quadro de pesquisadores duas qualidades raras entre eles: um conhecimento mais técnico de economia e os dados de realidades diferentes daquela que encontravam em São Paulo. Mas o sociólogo pernambucano conseguiu ultrapassar essas barreiras que as condições de economista e de “estrangeiro” poderiam lhe impor. A oportunidade que o vínculo ao CEBRAP lhe abria de se dedicar completamente aos estudos, inédita em sua trajetória, acelerou o contato com uma literatura mais consagrada das ciências sociais, além de textos recentes sobre as realidades brasileira e latino-americana. Após a publicação de “Crítica à razão dualista”, em 1972, livro que parece atestar sua vinculação ao marxismo, Oliveira tornou-se um dos mais importantes membros do *staff* do CEBRAP. Já em 1974, passou a integrar o Conselho que dirigia o Centro.

3. Conclusão

Nos anos posteriores ao golpe militar, Francisco de Oliveira abandonou as teses nacional-desenvolvimentistas e se aproximou do marxismo. Os artigos publicados na Revista Civilização Brasileira sintetizam um momento específico dessa mudança que durou, na verdade, mais do que um ano. Para compreendê-la melhor, talvez seja necessário ampliar o foco e analisar todo o período que compreende sua saída forçada da SUDENE, em 1964, sua passagem pelo Chile, pela Guatemala e pelo México, até sua entrada no CEBRAP, em 1970. Foi sem dúvida ao longo desses anos que o sociólogo amadureceu sua crítica à experiência da SUDENE, ao mesmo tempo em que ganhava intimidade com os textos de Marx, os quais orientavam as pesquisas de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e outros intelectuais com os quais compartilharia debates na década seguinte. Se uma análise mais profunda desse movimento não cabe nesta exposição, vale a pena ao menos indicar que ele não é um dado exclusivo da trajetória de Francisco de Oliveira. Sua reorientação ocorreu em meio às privações que a ditadura civil-militar brasileira impunha à atividade intelectual nos moldes e com o conteúdo que ela era realizada antes de 1964. Não foi, portanto, uma mudança exclusiva.

Ao longo dos anos 1960, o nacional-desenvolvimentismo perdeu espaço entre os intelectuais brasileiros enquanto o marxismo acadêmico ganhava terreno. Essa transformação foi analisada por Daniel Pécaut (1990: 206-207), quem deu particular atenção às diferenças e semelhanças entre

personagens vinculados à Revista Civilização Brasileira e à Universidade de São Paulo. Para ele, entre 1965 e o final de 1968, a publicação e a instituição reuniam dois grupos distintos de intelectuais brasileiros. Na primeira, baseada no Rio de Janeiro, estavam os “nacionalistas terceiro-mundistas”, herdeiros diretos do nacional-desenvolvimentismo, enquanto na Universidade estavam os “nacionalistas críticos”, já iniciados no marxismo acadêmico. Pécaut aponta que essa separação não era rígida, já que os grupos intelectuais mantinham contatos entre si. Tanto que a partir de 1966 os “paulistas” começaram a aparecer com maior frequência nas páginas da Revista Civilização Brasileira. Não por acaso quando voltaram seus esforços para analisar a conjuntura do país.

O acirramento da ditadura afetou tanto a Revista, que desapareceu em 1968, quanto a Universidade, da qual saíram muitos docentes por aposentadoria compulsória. Mas o CEBRAP, fundado logo após essa saída forçada da carreira universitária, deu um novo fôlego ao marxismo acadêmico. Embora esta não fosse a única vertente teórica representada pelos diversos membros que frequentavam o Centro, ela era sem dúvida a de maior prestígio. Do lado oposto, as teses nacional-desenvolvimentistas caíam ainda mais em descrédito com os primeiros sinais de um crescimento econômico sob a ditadura, mais tarde chamado de “milagre brasileiro”, e a convicção, a cada dia maior, de que o regime autoritário não teria vida tão curta. Assim, o exercício contínuo de tentar decifrar as características políticas, sociais e econômicas do país passou a se pautar, sobretudo, nos textos e autores marxistas. Foi então que, segundo Pécaut (1990, pp. 217-222), o marxismo se tornou um paradigma para as ciências sociais brasileiras, ainda mais quando alguns dos jovens intelectuais que seguiam essa linha teórica passaram a assumir lugar de destaque, nos anos 1970.

Nota-se, portanto, que a transição de Francisco de Oliveira do desenvolvimentismo à dialética marxista não se deu por acaso. Para que ela ocorresse teve enorme peso a conjuntura política, que lhe fechou portas a partir de 1964, e o contato maior que o sociólogo estabeleceu com intelectuais da chamada “Escola Paulista”, que lhe abririam novos caminhos. O fato de ele ter vivido esse processo de maneira particularmente intensa faz com que sua trajetória pessoal apareça quase como um tipo ideal que nos ajuda a refletir sobre os dilemas da vida intelectual brasileira nos anos 1960. O desligamento da SUDENE e sua posterior incorporação ao CEBRAP são momentos emblemáticos das mudanças que ocorriam não apenas na sociedade, mas também nas ciências sociais do país.

Do ponto de vista da trajetória intelectual de Francisco de Oliveira, objeto de minha pesquisa de doutorado ainda em curso, o estudo desse período é de fundamental importância para compreender sua produção posterior. Talvez se encontrem naquele período algumas pistas para a análise do fato de que, mesmo após completar seu movimento em direção ao marxismo, no início dos anos 1970, o sociólogo continuou a se dedicar a temas como a questão regional e o desenvolvimento econômico, herdados de sua experiência ao lado de Celso Furtado. Seu modo de se relacionar com o meio acadêmico ou mesmo com os objetos e métodos de pesquisa – o que resulta no uso recorrente da forma ensaio – talvez esteja ligado, como ele sugeriu, ao seu contato tardio com o ofício de pesquisador e com as teorias consagradas das ciências sociais. Esses fatores teriam pesado sobre sua produção posterior: “até mesmo por uma formação que não era satisfatória, eu tinha mais possibilidade de ousar; eu usei essa ignorância para ousar. Se tivesse uma melhor formação talvez eu não ousasse” (citado em PERRUSO, 2013, pp. 185-186). Apesar de ser contrário a comprarmos o auto-retrato pintado pelo autor, acredito que ele nos fornece um esboço importante para pensarmos sua trajetória.

Bibliografia

- CARDOSO, Fernando Henrique. (1962). *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel.
- FURTADO, Celso. (1965). “Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 129-145, 1965.
- _____. (1966). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JINKINGS, Ivana; RIDENTI, Marcelo; MAAR, Wolfgang Leo, (2007). “Entrevista: Francisco de Oliveira”. *Margem Esquerda 10*, novembro de 2007. São Paulo: Boitempo Editorial.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1965). “O Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco: por que não terá êxito”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 114-128, 1965.
- _____. (1966). “Condições institucionais do planejamento”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 39-47, 1966.
- _____. (2003). *Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- PÉCAUT, Daniel. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.
- PERRUSO, Marco de Antonio. (2013). “Uma trajetória dissonante: Francisco de Oliveira, a SUDENE e o CEBRAP”. *Caderno CRH*. Salvador, v. 26, 67, p. 179-192, Jan./Abr. 2013.
- PREBISCH, Raúl. (2000). “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais (1949)”, in: Ricardo Bielschowsky (org.). *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, v. 1.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira; MENDES, Flávio da Silva. (2012) “Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, Dezembro de 2012
- SINGER, Paul. (2006). “Crítica e rememoração” In: Rizek, Cibele Saliba & Romão, Wagner Melo. *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SORJ, Bernardo. (2001). *A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

¹ Este trabalho é parte de pesquisa de doutorado em Sociologia (UNICAMP/Brasil) financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Raúl Prebisch (2000) contestou a tese de que o progresso técnico e a consequente diminuição do valor dos produtos industrializados, concentrados nos países desenvolvidos, conduziram a uma redução da distância entre esses países e os subdesenvolvidos, exportadores de produtos com baixo valor agregado. Para o economista argentino, o progresso técnico, ao invés de gerar a redução do preço dos produtos da indústria do centro, gerou aumento do poder aquisitivo da população desses países. Com patamares estagnados de renda e preço na periferia, a distância entre ambos apenas aumentava. Essa tese da “deterioração dos termos de troca” alimentava a aposta da CEPAL na industrialização.

³ As informações biográficas foram retiradas de Jinkings et al. (2007) e Perruso (2013).

⁴ As referências completas são: OSSOWSKI, S. *Estrutura de Classes na Consciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. CARDOSO, F. H. “Introdução” in: *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – o negro na sociedade escravocrata do*

Rio Grande do Sul. São Paulo: Difel, 1962. CARDOSO, F. H. "O método dialético na análise sociológica". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2(1): 85-106, mar/1962.

⁵ O aperfeiçoamento de sua crítica ao dual-estruturalismo é nítido na seguinte passagem, retirada das primeiras páginas de "Crítica à razão dualista": "O esforço reinterpretaivo que se tenta neste trabalho suporta-se teórica e metodologicamente em terreno completamente oposto ao do dual-estruturalismo: não se trata, em absoluto, de negar o imenso aporte de conhecimentos bebido diretamente ou inspirado no 'modelo CEPAL', mas exatamente de reconhecer nele o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e a latino-americana. Mesmo porque a oposição ao 'modelo CEPAL', durante o período assinalado, não se fez nem se deu em nome de uma postura teórica mais adequada: os conhecidos opositores da CEPAL no Brasil e na América Latina tinham, quase sempre, a mesma filiação teórica marginalista, neoclássica e keynesiana, desvestidos apenas da paixão reformista e comprometidos com o *status quo* econômico, político e social da miséria e do atraso seculares latino-americanos. Como pobres papagaios, limitaram-se durante década a repetir os esquemas aprendidos nas universidades anglo-saxônicas sem nenhuma perspectiva crítica, sendo rigorosamente nulos seus aportes à teoria da sociedade latino-americana. Assim, ao tentar-se uma 'crítica à razão dualista', reconhece-se a impossibilidade de uma crítica semelhante aos 'sem razão' (OLIVEIRA, 2003, p. 32).

⁶ Segundo Singer: "Chico era tido como economista, era um dos economistas do CEBRAP" (2006, p. 16).